



UNIUBE – UNIVERSIDADE DE UBERABA  
CURSO DE PSICOLOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Texto do artigo

ESTADO DO CONHECIMENTO: UM ESTUDO SOBRE PSICOLOGIA JURÍDICA

Paulo Capucci Neto

Orientadora: Vania Maria de Oliveira Vieira

<https://orcid.org/0000-0001-9839-0235>

RESUMO

CAPUCCI NETO, Paulo. **Estado do conhecimento:** um estudo sobre Psicologia Jurídica. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) Universidade de Uberaba. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vania Maria de Oliveira Vieira. 2022.

**Introdução:** A presente pesquisa busca compreender, a partir de um estudo denominado “Estado do Conhecimento” a atuação do psicólogo na Psicologia Jurídica, tendo em vista que a criminalidade no Brasil sempre foi algo presente e em constante crescimento. **Objetivo:** investigar o que mostram as pesquisas publicadas na plataforma Google acadêmico, no período de 2015 a 2022, sobre a Psicologia Jurídica, para compreender melhor essa temática no contexto da formação do psicólogo. **Metodologia:** Pesquisa de natureza bibliográfica caracterizada por um estudo denominado “Estado do Conhecimento”. Para sua realização foi utilizado o *site* da plataforma *Google Acadêmico*, a partir do termo indutor “Psicologia Jurídica”. Inicialmente obteve-se um total de 253.000 produções e após a utilização dos filtros: artigos publicados no período de 2015 a 2022, “ordenar por data” e leitura dos resumos foram selecionadas 11 produções que constituiu o corpus da pesquisa. Para as análises dos dados, além da construção de um gráfico foi utilizado também o *software* Iramuteq que possibilitou, a partir da nuvem de palavras e a análise de similitude a compreensão dos resultados das pesquisas. **Resultados:** Para os autores das pesquisas selecionadas o psicólogo apresenta um papel importante na Psicologia Jurídica, uma vez que: garante maior segurança e proteção não apenas as crianças e adolescentes, mas aos envolvidos em **processos judiciais**; auxilia nos **processos judiciais**, pois são profissionais voltados ao estudo do comportamento humano; é um ator importante para a efetiva resolução do conflito, pois aplica métodos e conhecimentos da **psicologia**, com abordagens acertadas para cada caso específico; apoia o poder judiciário como ferramenta adjutória em **processos** de resolução apaziguadora; não exerce a função de julgar, mas, a de analisar e argumentar em **processos** judiciais em que é chamado a participar; se institui

como um aliado visando o melhor desfrutar na seara judicial em conjunto com o ECA. No entanto, os resultados mostram também que é notório a dificuldade de compreensão do fazer do profissional de **Psicologia**, aliado a escassez de profissionais atuando na área. Portanto, fica a alerta de que é preciso investir mais na formação do psicólogo para atuar na área jurídica.

**Palavras-chave:** Psicologia Jurídica. Psicologia. Justiça Restaurativa. Estado do Conhecimento.

## 1 INTRODUÇÃO

Como visto na mais ampla mídia, a criminalidade no Brasil sempre foi algo presente e em constante crescimento. Embora muitas pesquisas tentem buscar soluções para esses problema o que vemos é um movimento contrário com a utilização, ainda, de um sistema punitivo, que não busca entender a real responsabilidade e motivação por trás dos delitos, que muitas vezes estão relacionados a classe social, econômica, étnica, grau de escolaridade, dentre outros que se mostram com altos índices nas pesquisas.

Nesse contexto, temos a Justiça Restaurativa (JR), um modelo que se vem sendo estudado desde os anos 70, mostrando também práticas similares até em antigas tribos indígenas. Podemos dizer que a JR vem quase como uma contra proposta ao atual modelo de Justiça Retributiva, que enxerga o infrator apenas como uma pessoa que se opõe ao estado e as suas leis, sem levar em consideração aos fatores que poderiam levá-lo a cometer as infrações, a sua posição social, econômica, social.

Já a JR busca entender o contexto do infrator na sociedade, ou o que o levou a cometer o delito e como é afetado pela infração. Nesse sentido procura fazer uma “conciliação” no modelo, vítima, infrator e sociedade, para chegar a uma ação satisfatória que pode envolver todos e mostrar a responsabilização do infrator sobre o ato e a responsabilização da sociedade sobre o infrator.

Esta crescente vista na história brasileira vem afetando também diretamente os jovens que acabam cometendo os delitos e como é previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, os adolescentes não podem sofrer as mesmas penas que maioritários a 18 anos, apenas medidas sócio

educativas, para mostrar a eles a responsabilização pelos seus atos infracionais. Estes trabalhos comunitários constituem práticas restaurativas que são realizadas em instituições como CAPS, CREAS. Também é previsto pelo estatuto que estes jovens podem ser internados em instituições socioeducacionais em último caso, quando nenhum dos outros foram efetivos.

Apesar disso é possível observar por estudos que o número de jovens internados nessas instituições tem crescido exponencialmente nos últimos 5 anos, mesmo o ECA pregando que deveria apenas ser utilizado como último recurso, pois estas internações causam uma dificuldade do retorno desses adolescentes à sociedade, podendo até se mostrarem como reincidentes quando mais velhos, por não conseguirem mudar o estigma que é sempre pregado sobre eles pela mídia.

Apesar da mídia, majoritariamente, mostrar os adolescentes como grande parte da culpa criminal, os dados mostram o contrário. São os adolescentes os que mais sofrem com o crescente aumento da violência e criminalidade.

Este estigma acaba colaborando com o aumento do número de adolescentes institucionalizados, por darem a eles a visão de que aquele será o destino deles e colaborando para que a sociedade os trate da mesma maneira, atrapalhando assim o seu desenvolvimento como adolescente e adaptação à mudança para a sua nova fase adulta. Outro fator que também contribui para agravar, ainda mais a situação desses jovens, é a limitação dos recursos educacionais e das oportunidades no mercado de trabalho, pois eles são alocados em possíveis situações de risco onde podem ver a criminalidade como única oportunidade para sua sobrevivência e permanência na sociedade.

Diante dessas discussões e considerando estas questões um problema de pesquisa sentimos a necessidade de realizar um estudo bibliográfico, do tipo “Estado do Conhecimento”, para compreender melhor a atuação do psicólogo na Psicologia Jurídica. Para isso, tomamos como objetivo geral é investigar o que mostram as pesquisas publicadas na plataforma Google acadêmico, no período de 2015 a 2022, sobre a Psicologia Jurídica, para compreender melhor essa temática no contexto da formação do psicólogo.

## **2 METODOLOGIA**

Pesquisa de natureza bibliográfica caracterizada por um estudo denominado “Estado do Conhecimento”.

Segundo Marosini; Nascimento e Nez (2021, p. 71):

[...] a construção do estado de conhecimento, como atividade acadêmica busca conhecer, sistematizar e analisar a produção do campo científico sobre determinada temática, subsidiar a dissertação e/ou tese em educação, delimitando o tema e ajudando a escolher caminhos metodológicos e elaborar a produção textual para compor a dissertação/ tese.

Os autores acrescentam, ainda que o estado do conhecimento “pode ter um caráter quantitativo ou pode vir aprofundado pela abordagem qualitativa. Deste modo, o pesquisador pode levantar dados quantitativos que lhe digam o número, o tipo de produção em relação às páginas, as partes que compõem o corpo do trabalho”. (MAROSINI; NASCIMENTO e NEZ, 2021, p. 71).

Para a realização desse estado do conhecimento utilizamos o *site* da plataforma *Google Acadêmico*, com o respectivo termo de busca: “Psicologia Jurídica”. Na primeira busca, sem o uso de filtros obtivemos um total de 253.000 produções. Em seguida com a utilização do filtro: artigos publicados no período de 2015 a 2022, tivemos um total de 17.100 produções. Na sequência, após selecionar a opção “ordenar por data”, o número de produções caiu para 125. Por fim, após leitura dos resumos de todas elas selecionamos 11 artigos para compor o nosso estado do conhecimento. As demais foram descartadas por não conter discussões específicas do objeto de pesquisa - a Psicologia Jurídica.

O quadro 01 mostra as referências das 11 pesquisas selecionadas:

**Quadro 01:** pesquisas selecionadas para compor o corpus do estado do conhecimento

Nº	Referências
01	GALDINO DOURADO, J. L.; DA SILVA CRUZ, A. .; CRISTINA VASCONCELOS, T. Psicologia jurídica, logoterapia e apologia de Sócrates: : uma interconexão de saberes. <b>Revista Nufen: Phenomenology and interdisciplinarity</b> , [S. l.], v. 14, n. 1, 2022. DOI: 10.26823/nufen.v14i1.23119. Disponível em: <a href="https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/nufen/article/view/23119">https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/nufen/article/view/23119</a> . Acesso em: 8 jun. 2022.
02	MESQUITA, K. S. de .; CERQUEIRA, G. L. C. . AS CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NA PSICOLOGIA JURÍDICA: VARAS DE FAMÍLIA. <b>Revista Ibero-Americana</b>

	<b>de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.]</b> , v. 8, n. 2, p. 476–484, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i2.4267. Disponível em: <a href="https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/4267">https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/4267</a> . Acesso em: 8 jun. 2022.
03	SOUZA, Ester; FELIPPE, Andreia; SARTORI, Cássia. ADOÇÃO TARDIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE WINNICOTT E DA PSICOLOGIA JURÍDICA. <b>CADERNOS DE PSICOLOGIA</b> , v. 3, n. 6, 2022. Disponível em: <a href="http://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3170">http://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3170</a> . Acesso em: 8 jun. 22
04	OLIVEIRA SILVA DOS SANTOS, A.; SANTOS, L. R. DOS; CASTELAR, M. Relato de experiência de uma imersão no campo da Psicologia Jurídica. <b>Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica</b> , v. 14, n. 1, p. 70-88, 2 fev. 2022. Disponível em: <a href="https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/49766">https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/49766</a> . Acesso em: 8 jun. 22
05	MOURA, Amanda et al. A EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE PSICOLOGIA JURÍDICA DA UNIVASF (LAPJU): THE EXPERIENCE OF CREATING THE UNIVASF LEGAL PSYCHOLOGY ACADEMIC LEAGUE (LAPJU). <b>EXTRAMUROS-Revista de Extensão da UNIVASF</b> , v. 9, n. 3, 2021.
06	SILVA, S. MEDIAÇÃO: UMA FERRAMENTA JURÍDICA COM O AUXÍLIO DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO DOS CONFLITOS FAMILIARES. <b>Revista de Direito UNIFACEX, [S. l.]</b> , v. 9, n. 1, p. 9–28, 2021. Disponível em: <a href="https://periodicos.unifacex.com.br/direito/article/view/1038">https://periodicos.unifacex.com.br/direito/article/view/1038</a> . Acesso em: 7 jul. 2022.
07	DE QUEIROZ NETA, Walkiria Chaves. Alienação parental e a psicologia: um olhar frente ao direito de família e psicologia jurídica Alienação parental e a psicologia: um olhar frente ao direito de família e psicologia jurídica.
08	HUGO FERRAZZA DA SILVA, V.; FERNANDA CORRÊA FREITAS, M.; TURATTI LANGOSKI, D. A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO NOS CONFLITOS FAMILIARES: A RELEVÂNCIA DA PSICOLOGIA JURÍDICA. <b>Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão</b> , v. 13, n. 3, 16 nov. 2021.
09	DOS SANTOS, Maria Eduarda Pereira; DO NASCIMENTO, Jackellynne Silva. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO JURÍDICO NAS VARAS DE FAMÍLIA: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA JURÍDICA. <b>Humanidades &amp; Inovação</b> , v. 8, n. 51, p. 365-374, 2021.
10	SILVA, Stella Crystina Costa. A atuação do Psicólogo: A avaliação psicológica no contexto da Psicologia Jurídica. 2021. <a href="http://repositorio.fucamp.com.br/jspui/handle/FUCAMP/548">http://repositorio.fucamp.com.br/jspui/handle/FUCAMP/548</a> . Acessado em 01 de junho de 2022
11	BARBOSA, ELEUZA DOS SANTOS. A EFICÁCIA DA PSICOLOGIA JURÍDICA APÓS A EDIÇÃO DA LEI 8.069/90-ECA. 2021. <a href="http://repositorio.anhanguera.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/433">http://repositorio.anhanguera.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/433</a> . Acessado em 01 de junho de 2022

Fonte: dados da pesquisa

Para o alcance do objetivo proposto, o de investigar o que mostram as pesquisas publicadas na plataforma Google acadêmico, sobre a Psicologia Jurídica, para compreender melhor essa temática no contexto da formação do psicólogo, analisamos os dados referentes as palavras-chave e os resultados das pesquisas.

Para a análise das palavras-chave utilizamos um gráfico para verificar as mais citadas pelos autores, considerando que elas mostram o foco das pesquisas selecionadas.

Já para a análise dos resultados contamos com o auxílio do *software* Iramutq, a partir da nuvem de palavras e análise de similitude.

O *software* Iramutq, segundo Acauan *et. al.* (2020, p. 2)

[...] é um software gratuito, específico para dados qualitativos, com rigor científico, apoiando a análise de material verbal transcrito, ou seja, pode ser utilizado em vários tipos de textos com tais características. Suas análises de texto baseiam-se na lematização por meio do qual as palavras são buscadas e relacionadas por sua raiz, ignorando o seu tempo verbal, o gênero, plural, entre outras particularidades dos vocábulos.

O IRAMUTEQ realiza cinco tipos de análises que são: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras. Nesse estudo utilizamos as duas últimas - análises de similitude e nuvem de palavras.

Na nuvem de palavras, como mostra Kami (2016, p. 2) “as palavras são agrupadas e organizadas graficamente de acordo com a sua frequência, o que possibilita facilmente a sua identificação, a partir de um único arquivo, denominado corpus, que reúne os textos originados pelas entrevistas”.

Já na análise de similitude é outra forma utilizada para analisar os dados. É representada através de indicadores estatísticos as ligações existentes entre as palavras em um corpus. “A análise de similitude, ou de semelhanças, tem suas bases na teoria dos grafos, parte da matemática que trata das relações que ocorrem entre os objetos em um conjunto, ela possibilita identificar as ocorrências entre palavras”. (KLAMT e SANTOS, 2021).

### **3 RESULTADOS**

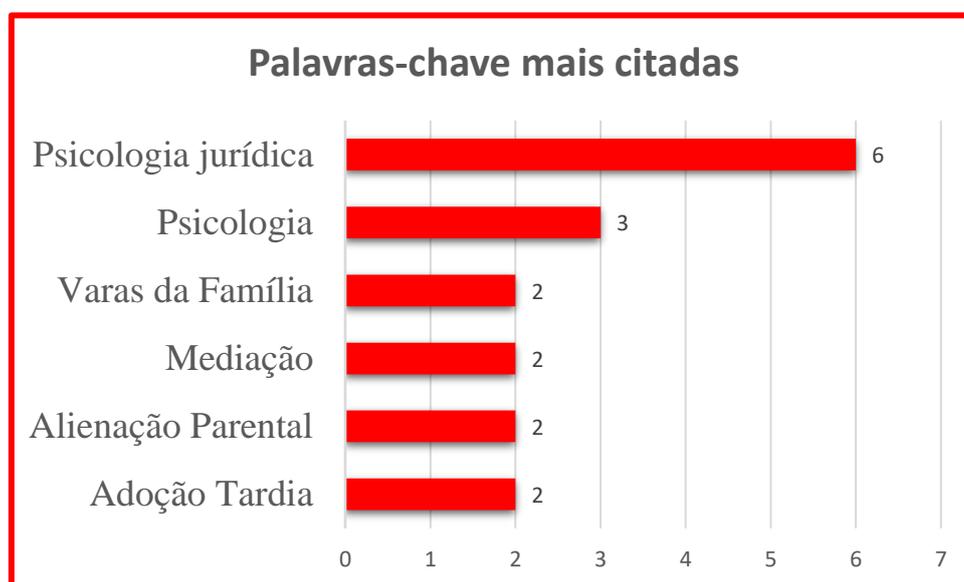
Após leitura integral dos 11 artigos selecionados analisamos as palavras-chaves e os resultados para compreender melhor o que mostram as pesquisas publicadas na plataforma Google acadêmico, sobre a Psicologia Jurídica.

### 3.1 PALAVRAS-CHAVES

Como mostra o gráfico 01, as palavras-chave mais utilizadas nos artigos selecionados foram: Psicologia jurídica, Psicologia, Varas de família, Mediação. Alienação parental e adoção Tardia.

Estas palavras indicam que os artigos selecionados tratam, principalmente do nosso objeto de pesquisa, a Psicologia jurídica, no entanto, são discutidos também questões familiares e adoção tardia.

**Gráfico 01:** palavras mais citadas nos artigos selecionados



Fonte: dados da pesquisa

### 3.2 Os resultados

Como dito anteriormente, a análise dos resultados das 11 pesquisas selecionadas foi realizada a partir do auxílio do *software* Iramutq.

O processamento do texto dos resultados no *software* Iramuteq, como mostra a tabela 01, obteve um corpus para a análise de 2.934 palavras. Após terem sido eliminadas as palavras que não possuíam significado como advérbios, conjunções, preposições e pronomes foram identificadas 1.120 palavras, das quais, 778 com frequência igual a 1, elas correspondem a 79,46% do total de palavras corpus, e a 26,52% do número de formas identificadas.

Tabela 01: Resultado do processamento do corpus no software IRAMUTEQ

Número de textos:	01
Número de ocorrências:	2.934
Número de formas identificadas:	1.120
Número Hapax:	778 (79,46% das ocorrências – 26,52% das formas)

Fonte: IRAMUTEQ (2010)

Interessam para nós as palavras mais citadas que aparecem na nuvem de palavras e na análise de similitude (Figura 01). Estas palavras, como mostram as figuras 01 e 02 são: “processo”, “psicologia”, “forma”, “direito” e “jurídico”.

Figura 01: palavras mais citadas no texto dos resultados



formes	eff
processo	21
psicologia	21
forma	15
direito	14
jurídico	13
área	12
criança	11
mediação	10
adolescente	10
importante	10
envolvido	9
trabalho	9
dever	9
questão	8
parte	8
realização	8
judicial	8
judiciário	8
psicólogo	8
mulher	7
mesmo	7

Fonte: dados do Iramuteq



Como pode ser observado na nuvem de palavras (figura 2), as palavras “processo”, “psicologia”, “forma”, “direito” e “jurídico” foram as palavras mais citadas para descreverem os resultados das 11 pesquisas selecionadas para esse Estado do Conhecimento. Estas palavras, de acordo com a análise de similitude (figura 3), aparecem com fortes ligações entre si, como pode ser observado também nos exemplos seguintes retirados do texto único dos resultados.

*O **psicólogo** jurídico se institui como um aliado visando o melhor deslinchar dos envolvidos em **processos judiciais**, bem como garante maior segurança e proteção não apenas as crianças e adolescentes, mas aos envolvidos em **processos judiciais**.*

*Observou-se que se faz necessária a atuação do **psicólogo jurídico** para auxiliá-lo em **processos judiciais**, uma vez que são profissionais voltados ao estudo do comportamento humano.*

*O **psicólogo** jurídico é um ator importante para a efetiva resolução do conflito, pois aplicando métodos e conhecimentos da **psicologia**, com abordagens acertadas para cada caso específico em que a prática da mediação está sendo empregada para resolver a controvérsia familiar, transforma-se em um grande aliado na construção de respostas mais eficazes, de **forma** que a disputa não cause ainda mais prejuízos aos envolvidos, em especial, aos mais vulneráveis*

*Percebe-se que a união destas duas ciências [Psicologia e Direito] obtém resultados significativos no que concerne a uma resolução pacificadora dos **processos** na ceara do Direito de Família.*

*Para uma maior confiabilidade o poder judiciário conta com o apoio da psicologia como ferramenta adjutória nesse **processo** de resolução apaziguadora.*

*É notório a dificuldade de compreensão do fazer do profissional de **Psicologia**, a escassez de pessoas atuando na área, a falta de capacitação de profissionais que atuam nesses contextos **judiciários** devido à inserção recente nesse contexto, o que contribui para um aumento da desvalorização da profissão e a sua ausência em **processos** indispensáveis para a garantia de Direitos*

*O **psicólogo** não exerce a função de julgar, mas, apenas em analisar e argumentar em **processos** judiciais em que é chamado a participar, uma vez que nesse contexto, sua atuação é bem técnica porque além dos cuidados éticos e principiológicos o profissional deve se ater as habilidades técnicas e adequadas para melhor entender cada envolvido, bem como se ater ao fato de que terá que elaborar um documento, na ótica de cada problemática.*

*De modo geral, percebe-se que o **psicólogo jurídico** se institui como um aliado visando o melhor deslinchar na seara judicial em conjunto com o ECA,*

*Foi possível perceber que a mediação age como meio pacificador de resolução de conflito no âmbito do direito de família, conjuntamente com o auxílio da **psicologia**, por tratar de casos que estão imbuídos de sentimentos e comportamentos específicos de cada parte.*

Como podemos observar nos exemplos citados acima, os resultados das pesquisas que compõe esse estudo, mostram a importância do Psicólogo na Psicologia Jurídica.

Para os autores das pesquisas selecionadas o psicólogo apresenta um papel importante na Psicologia Jurídica, uma vez que:

- garante maior segurança e proteção não apenas as crianças e adolescentes, mas aos envolvidos em **processos judiciais**.
- auxilia nos **processos judiciais**, pois são profissionais voltados ao estudo do comportamento humano.
- é um ator importante para a efetiva resolução do conflito, pois aplica métodos e conhecimentos da **psicologia**, com abordagens acertadas para cada caso específico.
- apoia o poder judiciário como ferramenta adjutória em **processos** de resolução apaziguadora.
- não exerce a função de julgar, mas, a de analisar e argumentar em **processos** judiciais em que é chamado a participar.
- se institui como um aliado visando o melhor deslinchar na seara judicial em conjunto com o ECA.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados mostram que é notório a dificuldade de compreensão do fazer do profissional de **Psicologia**. Aliado a isso temos a escassez de profissionais atuando na

área. Portanto, fica a alerta de que é preciso investir mais na formação do psicólogo para atuar na área jurídica.

## REFERÊNCIAS

ACAUAN, Laura Vargas et. al. Utilização do software Iramuteq para análise de dados qualitativos na Enfermagem: um ensaio reflexivo. **REME - Rev Min Enferm.** 2020.

GALDINO DOURADO, J. L.; DA SILVA CRUZ, A. .; CRISTINA VASCONCELOS, T. Psicologia jurídica, logoterapia e apologia de Sócrates: : uma interconexão de saberes. **Revista Nufen: Phenomenology and interdisciplinarity, [S. l.]**, v. 14, n. 1, 2022. DOI: 10.26823/nufen.v14i1.23119. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/nufen/article/view/23119>. Acesso em: 8 jun. 2022.

MESQUITA, K. S. de .; CERQUEIRA, G. L. C. . As contribuições da terapia cognitivo comportamental na psicologia jurídica: varas de família. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.]**, v. 8, n. 2, p. 476–484, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i2.4267. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/4267>. Acesso em: 8 jun. 2022.

SOUZA, Ester; FELIPPE, Andreia; SARTORI, Cássia. Adoção tardia no brasil: uma análise a partir das contribuições de winnicott e da psicologia jurídica. **CADERNOS DE PSICOLOGIA**, v. 3, n. 6, 2022. Disponível em: <http://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3170>. Acesso em: 8 jun. 22

OLIVEIRA SILVA DOS SANTOS, A.; SANTOS, L. R. DOS; CASTELAR, M. Relato de experiência de uma imersão no campo da Psicologia Jurídica. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 14, n. 1, p. 70-88, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/49766>. Acesso em: 8 jun. 22

MOURA, Amanda et al. A experiência de criação da liga acadêmica de psicologia jurídica da UNIVASF (LAPJU): **EXTRAMUROS-Revista de Extensão da UNIVASF**, v. 9, n. 3, 2021.

SILVA, S. MEDIAÇÃO: Uma ferramenta jurídica com o auxílio da psicologia no tratamento dos conflitos familiares. **Revista de Direito UNIFACEX, [S. l.]**, v. 9, n. 1, p. 9–28, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifacex.com.br/direito/article/view/1038>. Acesso em: 7 jul. 2022.

DE QUEIROZ NETA, Walkiria Chaves. **Alienação parental e a psicologia**: um olhar frente ao direito de família e psicologia jurídica

SILVA, Hugo Ferrazza V.; FREITAS, Fernanda Corrêa M.; TURATTI LANGOSKI, D. A prática da mediação nos conflitos familiares: a relevância da Psicologia Jurídica. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 13, n. 3, 16 nov. 2021.

DOS SANTOS, Maria Eduarda Pereira; DO NASCIMENTO, Jackellynne Silva. A importância da atuação do psicólogo jurídico nas varas de família: uma experiência de estágio básico em psicologia jurídica. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 51, p. 365-374, 2021.

SILVA, Stella Crystina Costa. A atuação do Psicólogo: A avaliação psicológica no contexto da Psicologia Jurídica. 2021.

<http://repositorio.fucamp.com.br/jspui/handle/FUCAMP/548>. Acessado em 01 de junho de 2022

BARBOSA, ELEUZA DOS SANTOS. A eficácia da psicologia jurídica após a edição da lei 8.069/90-eca. 2021.

<http://repositorio.anhanguera.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/433>. Acessado em 01 de junho de 2022

KAMI, Maria Terumi Maruyama et. al. Trabalho no consultório na rua: uso do software IRAMUTEQ no apoio à pesquisa qualitativa. **Escola Anna Nery** 20(3) Jul-Set 2016.

KLAMT, Luciana Maria; SANTOS, Vanderley Severino dos. O uso do software IRAMUTEQ na análise de conteúdo - estudo comparativo entre os trabalhos de conclusão de curso do ProfEPT e os referenciais do programa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, e8210413786, 2021.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.55. 2021.